

Imunidade na pauta da Câmara

A Câmara dos Deputados programou para o próximo dia 23 a votação do projeto de lei que reformula o conceito de imunidade parlamentar. A intenção do presidente da Casa, Aécio Neves (PSDB-MG) é agilizar o trâmite da proposta. "Existe um problema no Senado, que é acompanhado por todos nós com enorme preocupação, mas não será motivo suficiente para que esta Casa paralise seus trabalhos", disse Aécio.

O presidente da Comissão de Direitos Humanos, deputado Néelson Pelegrino (PT-BA), disse que entre os anos de 1995 e 1999 foram rejeitados 109 dos 137 pedidos de autorização para que deputados fossem processados. Estes pedidos são feitos pela Mesa Diretora da Casa, por partidos políticos ou, como a maioria, pelo Supremo Tribunal Federal. Pelegrino informou que a Comissão pretende iniciar uma campa-

nha pelo fim da imunidade parlamentar para crimes comuns, como forma de combater a impunidade no meio político.

A imunidade parlamentar — benefício que livra os eleitos acusados de prática de crimes políticos ou comuns de processo judicial — teve discussões mais intensas no Congresso na época do escândalo dos chamados anões do Orçamento.

(Agência Brasil)